
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROTOCOLO: 201600044003557
INTERESSADO: Colégio Estadual Santa Fé
ASSUNTO: Renovação

DE: 21/11/2016

Parecer/Voto CEE/CEB N. 245/2017

1. Histórico

O **Colégio Estadual Santa Fé** mantido pelo Poder Público Estadual, localizado na Rua H-20, Qd. 78, Lt. 32/33, Conjunto Santa Fé em Aparecida de Goiânia/GO, por meio de sua gestora requer deste Conselho o recredenciamento a renovação de autorização do ensino fundamental do 6º ao 9º ano e ensino médio.

Constam nos autos os seguintes documentos:

- ✓ Ofício capa fls. 02/03;
- ✓ Resolução nº 479, fls. 04/05;
- ✓ Portaria N. 1.200/2015, fls. 08/09;
- ✓ Projeto político pedagógico, fls. 10/55;
- ✓ Regimento escolar, fls. 56/73;
- ✓ Discente, fls. 74/75;
- ✓ Conselho de classe, fls. 76/85;
- ✓ Classificação e reclassificação, fls. 86/89;
- ✓ Descarte, fls. 90/92;
- ✓ Direitos, deveres e penalidades dos discentes, fls. 93/96;
- ✓ Calendário, fls. 97/98;
- ✓ Matriz curricular, fls. 99/106;
- ✓ Nominata, fls. 107/136;
- ✓ Demonstrativo de rendimento escolar, fls. 137/140;
- ✓ Alunos por sala, fl. 141;
- ✓ Relatório, fls. 142/168;
- ✓ Acervo, fls. 169/257;
- ✓ Anexo, fls. 258/265;
- ✓ IDEB, fl. 266;
- ✓ Laudo, fls. 267/272.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROCOLO: 201600044003557
INTERESSADO: Colégio Estadual Santa Fé
ASSUNTO: Renovação

DE: 21/11/2016

2. Análise

O **Colégio Estadual Santa Fé** obteve a validação o credenciamento e a renovação de autorização do ensino fundamental do 6º ao 9º ano e do ensino médio por meio da Resolução CEE/CEB N. 479/2013 com vigência de até 31/12/2013.

Segundo as informações contidas no laudo técnico da Subsecretaria e nos demais documentos anexados aos autos, foi constatado que a unidade escolar não atende plenamente os seguintes itens:

1. Não conta com quadra de esportes, embora haja um pátio coberto para atividades físicas.
2. Das 20 turmas ativas 05 ultrapassam o número de alunos permitido em lei, contrariando o disposto no artigo 34 da Lei Complementar N. 26/1998.
3. Em relação ao acervo, foi informado o número total de 3.722 exemplares mas não houve a discriminação de exemplares didáticos e literários a relação está anexada nas fls. 169/257.
4. 02 dos 27 professores não são licenciados ou ministram disciplinas diferentes daquela em que é licenciado.
5. O Regimento Interno apresenta impropriedades nos Artigos 42, que trata as decisões do conselho de classe como soberanas; artigo 113 que prevê que a classificação somente é dada ao aluno que se achar fora do sistema educativo a mais de 2 anos.

É importante ressaltar que o Conselho Estadual de Educação não aprova regimentos escolares e nem os projetos pedagógicos das escolas, tarefa coletiva e exclusiva da comunidade escolar (alunos, professores, servidores e pais), nos termos dos artigos 12, 13 e 14 da Lei Nacional nº 9.394/1996 – LDB e da Instrução Normativa CEE/GO Nº 01/2013. Sobre estes documentos o Conselho Estadual

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROCOLO: 201600044003557

DE: 21/11/2016

INTERESSADO: Colégio Estadual Santa Fé

ASSUNTO: Renovação

exerce o controle de legalidade, assim estes documentos não podem, em nenhum dos seus artigos, contrariarem a legislação em vigor sob pena de nulidade.

- O índice do IDEB observado em 2015 foi de 4.0. A meta para este ano era de 4.6.

3. Voto

Com base na documentação que instrui os autos, vota-se por

- **Recredenciar o Colégio Estadual Santa Fé**, mantido pelo Poder Público Estadual, localizado na Rua H-20, Qd. 78, Lt. 32/33, Conjunto Santa Fé, Aparecida de Goiânia/GO, como instituição de ensino da educação básica, até 31 de dezembro de 2020.
- **Renovar a autorização** do ensino fundamental do 6º ao 9º ano e do ensino médio, da referida instituição de ensino, até 31 de dezembro de 2020.
- **Determinar** que a instituição, durante o período de autorização, cumpra, na íntegra, as exigências abaixo descritas e comprove, no próximo processo de renovação, que cumpriu tais exigências:

- ✓ **Adequar a habilitação do corpo docente conforme a formação exigida no Art. 77, Inciso I, da Resolução CEE/CP N. 05/2011:**

“Art. 77- (...)

I - Os mantenedores de unidades escolares públicas e de instituições privadas de ensino devem ter nas unidades escolares por eles mantidas: I - quadro de diretores, coordenadores, e professores habilitados em curso superior e de licenciatura de graduação plena,

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROCOLO: 201600044003557

DE: 21/11/2016

INTERESSADO: Colégio Estadual Santa Fé

ASSUNTO: Renovação

compatível com a área específica de sua atuação, e bibliotecários habilitados em curso superior de bacharelado;”

- ✓ **Adequar o número de alunos por sala conforme determina o Art. 34, da Lei Complementar N. 26/98:**

“Art. 34 - A relação adequada entre o número de alunos e o professor, na rede pública e na educação infantil e ensino fundamental da rede privada deve levar em conta as dimensões físicas das salas de aula, as condições materiais dos estabelecimentos de ensino, as necessidades pedagógicas de ensino e aprendizagem, visando à melhoria da qualidade do ensino e, também, ao máximo de: a) 25 alunos para a pré-escola; b) 30 alunos para as duas primeiras séries do ensino fundamental; c) 35 alunos para as terceiras e quartas séries do ensino fundamental; d) 40 alunos para as quinta a oitava séries do ensino fundamental e para o ensino médio. § 1º - Os critérios para definição da relação do número de criança/adulto serão, nas creches, definidos pelo Conselho Estadual de Educação. § 2º - Estabelece-se como critério, para a definição das dimensões físicas adequadas, o espaço de 1,2 m² e 2,5 m² para o professor, ressalvando-se os limites acima. § 3º No ensino médio, da rede privada, a relação adequada entre o número de alunos e o professor atenderá aos requisitos constantes do caput e, também, ao máximo de 50 (cinquenta) alunos.”

- ✓ **Adequar o espaço físico escolar, em relação à necessidade da quadra coberta, ao que determina o Art. 84, Inciso II, da Resolução CEE/CP N. 05/2011:**

“Art. 84 – (...)

(...)

II – infraestrutura compatível com a modalidade educacional oferecida, inclusive com laboratórios de Informática, Ciências, Biologia, Química e Física dentre outros e quadras cobertas para a prática de esportes.”

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROCOLO: 201600044003557

DE: 21/11/2016

INTERESSADO: Colégio Estadual Santa Fé

ASSUNTO: Renovação

- ✓ **Adequar** o art. 42, do Regimento Escolar que trata as decisões do Conselho de Classe como “soberanas”, ao que determina o Art. 98, Resolução CEE/CP N. 05/2011:

“Art. 98 - O Conselho de Classe no processo de avaliação, observada a legislação que rege a matéria, as orientações do Plano Pedagógico e os ditames regimentais da instituição, é autônomo em suas decisões, que devem ser acatadas pela comunidade escolar.”

- ✓ **Adequar** o Art. 113, do Regimento Escolar, que trata da Classificação do aluno que se acha fora do sistema educativo há mais de 2 (dois) anos, conforme orientação da Resolução CCE/CP N. 05/2011, Art.110:

“A classificação somente poder ser aplicada, ao aluno que comprovadamente, não possuir escolarização anterior ou se achar fora do sistema Educativo há mais de 01 (um) ano e que demonstrar, de forma satisfatória, o grau de desenvolvimento e experiência compatíveis com aqueles exigidos nas séries ou para a qual for submetido á avaliação.”

- ✓ **Apresentar** proposta de trabalho visando incluir no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, a ser enviado a este Conselho, antes do término do próximo semestre, em que conste a metodologia, o trajeto ou o percurso que a escola fará para cumprir a Resolução CNE/CP N. 01/2004 e Parecer CNE/CP N. 003/2004 que estabelecem as Diretrizes Nacionais da Educação para as Relações Etnicorraciais e a Resolução CEE/CP N. 03/2009 Esta Resolução estabelece normas para a inclusão, no Sistema Educativo do Estado de Goiás, das disposições das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008, que tratam da inclusão, no

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**PROTOCOLO: 201600044003557**
INTERESSADO: Colégio Estadual Santa Fé
ASSUNTO: Renovação**DE: 21/11/2016**

currículo oficial da rede de ensino, da temática “História e Cultura Afro Brasileira e Indígena”.

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).


§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008)

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008)”

É o voto.

Plenário da Câmara de Educação Básica do Conselho de Estadual de Educação aos 20 dias do mês de abril de 2017.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÁS	
CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA	
APROVA POR	<u>unanimidade</u>
NA SESSÃO	<u>ordinária</u>
VOTO N.º	<u>245/2017</u>
DIÁRIA	<u>20</u> de <u>abril</u> de <u>2017</u>
PRESIDENTE	<u>[assinatura]</u>



Iêda Leal de Souza
Conselheira Relatora